Boletim Gaúcho de Geografia

http://seer.ufrgs.br/bgg

O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MST EM SÃO GABRIEL – RS: DAS LUTAS POR TRANSFORMAÇÕES AO EMERGIR DA (RE)CRIAÇÃO CAMPONESA

Anderson Luiz Machado dos Santos
Boletim Gaúcho de Geografia, 39: 159-178, jul., 2012.

Versão online disponível em:
http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37324/24105

Publicado por
Associação dos Geógrafos Brasileiros

Portal de Periódicos
UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br
Políticas: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy
Submissão: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions
Diretrizes: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines

Data de publicação - jul., 2012.
Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MST EM SÃO GABRIEL – RS: DAS LUTAS POR TRANSFORMAÇÕES AO EMERGIR DA (RE)CRIAÇÃO CAMPONESA

ANDERSON LUIZ MACHADO DOS SANTOS[1]

CESAR DE DAVID[2]

RESUMO

Diferentes agentes sociais protagonizam a produção do espaço rural brasileiro e, a partir das múltiplas relações de poder que estabelecem, constroem distintos territórios dentro de um território marcado pela hegemonia capitalista. Na conflitualidade de tais relações, a questão agrária brasileira assume a configuração de uma disputa por territórios. Tal premissa possibilita inferir que em São Gabriel, município situado na metade sul do Rio Grande do Sul, denominada região da Campanha Gaúcha, encontra-se uma das expressões dessa configuração, pois, neste município em que, historicamente, o latifúndio e o agronegócio assumem a hegemonia na produção do espaço rural, o Movimento dos Trabalhares Rurais Sem Terra (MST) tem protagonizado a luta pela transformação do mesmo. Assim, o presente trabalho objetiva compreender como os processos de luta inerentes à territorialização do MST propiciam a (re)criação do campesinato como um modo de vida e classe social na medida em que se (re)constroem frações do território. Como resultados preliminares, aponta-se que na conquista dos assentamentos rurais, ocorre um processo de reconstrução de frações do território. A partir das relações sociais que estabelecem entre si e com a exterioridade, os assentados do MST (re)criam a condição de camponeses, experimentando mudanças em suas relações econômico-sociais, político-ideológicas e simbólico-culturais, as quais se manifestam no movimento de apropriação do espaço.

Palavras-chave: Espaço rural. Territorialização. MST. Campesinato.

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria – Grupo de Pesquisa em Educação e Território. Correio Eletrônico: andersonlm.santos@gmail.com.

2 Professor Adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria; co-ordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências; coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação e Território. Correio Eletrônico: cdedavid2009@hotmail.com

THE PROCESS OF TERRITORIALIZATION
OF THE MST IN SÃO GABRIEL – RS:
FROM THE STRUGGLE FOR TRANSFORMATION TO
THE EMERGENCE OF (RE)CREATION OF PEASANTS

ABSTRACT

Different social agents are the protagonists the production of Brazilian rural space and, from the multiple power relations that establish, build different territories within a territory marked by the capitalist hegemony. In the conflict of such relationship, the Brazilian agrarian issue assumes the configuration of a dispute for territories. This assumption allows to infer that in São Gabriel, a municipality located in the southern half of the state of Rio Grande do Sul, called as region of Campanha Gaucha, lies one of the expression of this configuration, because, in this municipality in which, historically, the farms and agribusinesses assume the hegemony in the production of rural areas, the Landless Workers Movement (MST) has protagonized the struggle for the transformation of it. Thus, this study aims to understand how the processes of struggle inherent to the territorialization of the MST provide the (re)creation of the peasantry as a way of life and social class insofar as are (re)constructed fractions of territory. As preliminary results, it is noted that in the achievement of rural settlements, occurs a reconstruction process of fractions of the territory. From the social relations that they establish among themselves and with the exterior, the settlers of MST (re)create the condition of peasants, experiencing changes in their social-economic, political-ideological and cultural-symbolic relations, which are manifested in the movement of appropriation of space.

Keywords: Rural space. Territorialization. MST. Peasantry.

INTRODUÇÃO

Um dos elementos que estruturam a produção do espaço rural brasileiro reside na questão agrária, visto que, no curso da história, as dinâmicas vigentes neste espaço vêm sendo impactadas pelas reconfigurações de tal questão. No limiar do século XXI, é possível compreender que a mesma configura-se como uma disputa territorial estabelecida a partir da conflitualidade entre diferentes tipos de territórios produzidos dentro do território capitalista da formação social brasileira (FERNANDES, 2008). Nesse contexto, verificam-se diversas estratégias dos agentes sociais para reproduzir o seu modo de vida através da apropriação e dominação do espaço, transformando-o em território. Trata-se de um processo marcado por contradições e conflitos em que, por um lado, encontra-se o tradicional latifúndio e o moderno agrone-

gócio, com suas dinâmicas e estratégias de reprodução territorial, enquanto que, por outro, o campesinato que, em sua diversidade, é incorporado ao capitalismo e mesmo tempo resiste às impositivas do capital. Dessa conflitualidade vigente nas múltiplas dimensões e nas múltiplas escalas das dinâmicas territoriais emanam novas transformações na produção do espaço rural.

A partir dessas premissas esse artigo objetiva explicitar os resultados preliminares da pesquisa referente à dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisa que investiga o processo de territorialização de um dos agentes sociais inseridos na conflitualidade da questão agrária brasileira, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com vistas a compreender como suas ações territorializadas possibilitam transformações no espaço, com foco na seguinte questão: como os processos de luta inerentes à territorialização do MST propiciam a (re)criação do campesinato considerando-o como um modo de vida e uma classe social *sui generis* na medida em que se (re)constroem frações do território.

Para tal, estabeleceu-se, como recorte espaço-temporal, as dinâmicas construídas através da formação dos assentamentos rurais no município de São Gabriel- Rio Grande do Sul, visto que o espaço rural deste município tem se apresentado como um *lócus* emblemático de evidenciação do caráter da questão agrária brasileira, na medida em que se identifica um campo de poder marcado por conflitos entre o movimento social, os latifundiários, o agronegócio e os aparelhos de Estado.

Como metodologia para o desenvolvimento da pesquisa, que ainda está em curso, destaca-se a perspectiva de considerar as contradições e o movimento vigente no estado das coisas, a partir da reflexão teórica e do trabalho de campo em geografia, construído via técnicas de pesquisa qualitativa tais como a leitura acurada do espaço com os diários de campo, entrevistas semidirigidas que visam apreendem a história de vida dos sujeitos em questão e a pesquisa de dados em fontes secundárias.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL E AS RECONFIGURAÇÕES DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

É mister conceber o espaço geográfico como produto da sociedade. Trata-se de revisitar a concepção de Lefebvre (1976), para quem o espaço não pode ser compreendido como um dado *a priori*, mas como resultado da atividade social[3]. Portanto, o espaço é socialmente produzido a partir das relações do ser social com seus semelhantes e com a natureza que lhe é exterior.

3 Essa abordagem concebe que "no se considera el espacio como um dado a priori, bien sea del pensamiento (Kant), bien seja del mundo (positivismo). Se ve en el espacio el despliegue de una actividad social". (LEFEBVRE 1976, p.40)

No contexto do espaço rural brasileiro, é possível identificar diversos agentes sociais que, historicamente, protagonizam sua produção. Entretanto, em um momento espaço-temporal marcado pela hegemonia do modo de produção capitalista em seu estágio monopolista, salienta-se a ação das diferentes classes sociais, do capital monopolista e do Estado atuando como agentes produtores do espaço rural. Nesse processo, a questão agrária continua a ser um aspecto estrutural na dinâmica da produção do espaço rural brasileiro e, do ponto de vista histórico, tem como marcos, como as leituras clássicas[4] apontam e como os dados empíricos da realidade nacional evidenciam, a produção de uma estrutura fundiária concentrada; a subordinação da terra ao capital; a exploração e a expropriação do campesinato nacional e a insurgência de inúmeras desigualdades entre as classes sociais.

Entretanto, é significativo aprofundar a análise para compreender que a questão agrária brasileira assume novas configurações na dinâmica do capitalismo contemporâneo. Dentre os marcos elementares desse processo, sobressaem-se o domínio do capital financeiro[5] no espaço rural, os impactos da globalização e os novos conflitos sociais no campo a p artir da reorganização dos movimentos sociais rurais e das formas de reação às suas lutas.

No que concerne ao domínio do capital financeiro, Delgado (1986) assinala três vias de desenvolvimento: o sistema de crédito rural e os mecanismos de incentivos fiscais e financeiros do Estado que realizam um importante papel de aglutinação e transferência de recursos financeiros aos empreendimentos capitalistas de maior porte no setor rural; a constituição dos Complexos Agroindustriais; as especulações financeiras no mercado de terras. No processo em pauta, constitui-se uma estratégia de aliança entre a propriedade fundiária e o capital no campo, perseguindo, de forma conjunta, a realização do lucro e da renda fundiária (DELGADO, 2003). Assim sendo, emerge o moderno agronegócio como expressão do domínio do capital financeiro no espaço rural, ao mesmo tempo em que há um fortalecimento da reprodução da agricultura camponesa subordinada ao capital, conforme aponta Oliveira (2004).

Por sua vez, a inserção da economia brasileira no processo de globalização que, segundo Santos (2004), tem como marcos, a unicidade do tempo, a unicidade da técnica e a unicidade do motor da vida econômica e social compondo a base material desse processo, define novas transformações na produção do espaço geográfico, no qual o meio técnico-científico-informacional

4 Cf. Lenin 1980; Kautsky, 1980; Martins, 1995.

5 A grosso modo, o capital financeiro é a relação social mais desenvolvida de valorização econômica nas modernas sociedades capitalistas, e envolve, de maneira geral, crescente concentração e centralização do capital. Esse processo de concentração é comandado, normalmente, pelas instituições detentoras da liquidez na economia, em ligação com as empresas responsáveis pela emissão e circulação dos títulos patrimoniais, geridos pelas instituições financeiras e submetidos à sua lógica de valorização. (DELGADO, 1986 p.12)

caracteriza-se como o motor evanescente da globalização capitalista. No que se refere ao espaço rural, a difusão desse meio se faz a partir da instituição de uma agricultura científica globalizada, exigente de ciência, tecnologia e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas (SANTOS, 2004)

Conforme registra Elias (2006), o agronegócio constitui-se no difusor do meio técnico-científico-informacional no espaço rural brasileiro. Entretanto, esse é um processo espacialmente seletivo, que se desenvolve por alguns setores e regiões do país, o que fortalece a fragmentação do espaço rural. Uma característica do agronegócio globalizado, apontada por Elias (2006), é a interdependência entre setores econômicos, visto que a nova organização econômica e social da agropecuária acompanha o movimento de unificação entre o capital industrial e financeiro. Ademais, as relações campo-cidade redefinem-se, pois as redes agroindustriais, que compõem os territórios do agronegócio, agregam empresas agropecuárias fornecedores de insumos químicos e implementos mecânicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, além de prestadoras de serviços. Assim, instituem-se relações que ultrapassam os limites político-administrativos pré-estabelecidos, compondo escalas de ação diferenciadas.

Além disso, a mudança na conjuntura política do país permitiu a reorganização de diversos movimentos sociais rurais que lutam pela reforma agrária, tais como os movimentos que compõem a Via Campesina no Brasil. Diante de suas ações, os conflitos sociais, no campo, assumem novas dimensões e as formas de reação do Estado e das demais classes sociais promovem diversas formas de violência no campo. Ao analisar essa situação, Girardi e Fernandes (2009) revelam a existência da violência direta e indireta, ativa e passiva, entre as classes sociais e o Estado, no âmago da questão agrária brasileira. A partir da compilação de dados fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), destacam como o campesinato vem sofrendo com essas formas de violência nas últimas décadas.

Tais aspectos permitem inferir que, das últimas décadas do século XX o início do século XXI, a questão agrária, como problema econômico-sociais e político do país, encontra-se em processo de redefinição no qual, por um lado, a prediga da reforma agrária foi incorporada pelos aparelhos de Estado como forma de responder ao protagonismo dos movimentos sociais, elaborando políticas como o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), o Banco da Terra, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) e as políticas de crédito a agricultura familiar. Mas, por outro, ao analisar-se a estrutura fundiária do país, verifica-se um movimento de reconcentração da propriedade da terra conforma aponta Oliveira (2005).

Desse movimento, apesar da suavização dos dados, o Censo Agropecuário de 2006 demonstra que 0,8 % dos estabelecimentos rurais com mais 2000 hectares, concentarem 35,1 % da área total dos estabelecimentos rurais bra-

sileiros. Enquanto que 92,6% dos estabelecimentos com área inferior a 200 hectares ocupam apenas 28, 4 % da área total dos estabelecimentos rurais brasileiros. Aprofunda essa concentração, o movimento de estrangeirização de terras no Brasil evidenciado por Fernandes (2010), no qual apenas no segundo semestre de 2010, grupos estrangeiros compraram 1.152 imóveis rurais, num total de 515 mil hectares, ampliando seu controle sobre as terras brasileiras, de 4,2 milhões de hectares para 4,7 milhões em um exíguo período de tempo.

Nessa conjuntura também verifica-se que ocorre o fortalecimento da agricultura camponesa subordinada ao capital, paralelamente à expansão do agronegócio no país. O que expressa a não efetivação dessas políticas pelo Estado, sua inadequação para resolver a questão agrária brasileira como ocorreu no caso do Banco da Terra, bem como a força do latifúndio e do agronegócio na estrutura social do país.

Em conformidade com Delgado (2003), é importante considerar que apesar do fortalecimento da agricultura familiar-camponesa, através dos dois Planos Nacionais de Reforma Agrária e das políticas agrícolas para o setor, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o relançamento da estratégia do agronegócio, além da disparidade de financiamento que absorve, impõe restrições quanto às demandas internas do conjunto da economia brasileira, bem como restrições na incorporação da massa de trabalhadores desempregados, frente ao incremento tecnológico. Logo, a crise de emprego vigente na economia brasileira, encontra-se articulada com o problema agrário do país.

Soma-se a essas restrições, como evidenciam Delgado (2003) e Cleps Junior (2010), a frouxidão da política fundiária mediante o processo de globalização, visto que não ataca o mecanismo da especulação vigente no mercando de terras, mantendo a aliança entre o capital e a grande propriedade fundiária. Desse modo, mesmo com o avanço dos projetos de assentamentos rurais, as terras produtivas incorporadas são desproporcionais ao montante de terras improdutivas e devolutas (que não cumprem com a função social da propriedade nos marcos legais), pois, segundo dados do Sistema Nacional de Cadastra Rural (SNCR, 2003)[6], em que estão cadastradas propriedades privadas sujeitas à função social; Parques e Unidades de Conservação; áreas indígenas e terras devolutas da União, do total de 844, 28 milhões de hectares de terra cadastrados no sistema, 293,25 milhões de hectares correspondem a propriedades privadas improdutivas e terras devolutas da União, ou seja, 34, 51 % do total.

Não obstante, a expansão do agronegócio, tão caro ao superávit comercial brasileiro, além de ser espacialmente seletiva, é socialmente excludente, impõe a mudança na base técnica do processo produtivo, o que provoca uma

6 Fonte: II Plano Nacional da Reforma Agrária: Brasília, 2003.

nova divisão social e territorial do trabalho, cujos resultados evidenciam-se no incremento do êxodo rural, em virtude da ausência de emprego no meio rural. Agregue-se que a sua expansão territorial tem gerado a expropriação dos pequenos produtores ou antigos moradores que não detêm a propriedade da terra, aumentando a massa de excluídos na sociedade brasileira. (ELIAS, 2006).

Por outro lado, a lógica de mercado vigente no processo de globalização expande as desigualdades sociais, pontua Santos (2004). Assim, recoloca-se em debate o problema da fome no Brasil, visto que, neste início de século, mais de 30 milhões de brasileiros deparam-se com este problema diariamente (Fonte: PNUD, 2010). Assim posto, conforme sublinha Delgado (2003), as ações de combate à fome suscitam a estruturação de um sistema nacional de segurança alimentar. O que pode abrir um amplo programa público de compras de alimentos da agricultura familiar e dos assentamentos da Reforma Agrária, contribuindo para o fortalecimento destas alternativas de desenvolvimento econômico-social no campo brasileiro. O que vem ocorrendo de maneira inicial com a criação do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), cujas pesquisas necessitam ser aprofundadas para avaliar seus impactos na realidade da questão agrária nacional.

Da síntese desses processos, é possível inferir que, no limiar do século XXI, a questão agrária brasileira permeia a conflitualidade[7] inerente ao desenvolvimento capitalista, marcada por contradições entre diferentes territórios, tais como os territórios do latifúndio e agronegócio considerados como expressões do domínio do capital sobre o espaço rural e os territórios camponeses (GIRARDI; FERNANDES, 2009). Sendo que esses, em sua diversidade, encontram-se em condições subalternas e configuram-se, em muitos casos, conforme apontam Girardi e Fernandes (2009), como territórios de luta e resistência às impositivas do capital, em outros apresentam-se como territórios monopolizados pelo capital (OLIVEIRA, 2004). Trata-se, pois, de encontrar, na diversidade do espaço rural brasileiro, as expressões dos processos de reconfiguração da questão agrária e seus impactos na dinâmica da produção do espaço.

O ESPAÇO RURAL E A QUESTÃO AGRÁRIA NO CONTEXTO DA REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA: O CASO DE SÃO GABRIEL – RS

A produção do espaço rural de São Gabriel, município localizado na área central da Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Rio Grande do Sul, está circunscrita no universo regional da denominada Campanha Gaúcha,

7 "O termo "conflitualidade" é um conceito definido por Girardi e Fernandes (2009) como "um conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento capitalista" (p. 399)."

região marcada por uma diversidade de elementos que perpassam as múltiplas dimensões da organização espacial.

Na dimensão ambiental, o universo regional da Campanha Gaúcha conforma-se a partir da biodiversidade inerente ao bioma pampa, incorporando os elementos de uma formação geomorfológica, fauna e flora específicas. Tais elementos influenciam na constituição de sua dimensão econômico-social e simbólico-cultural através das relações que se forjaram no processo histórico da ocupação do território sul-rio-grandense. Contudo, se existe algo de particular na espacialidade da Campanha Gaúcha, é mister conceber a região

> [...] como um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulada em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classes que nele reconhece sua base territorial de reprodução. (HAESBAERT, 1988, p.25)

Dessa maneira, será possível compreender como no curso da história, sua riqueza e sua diversidade vêm se convertendo em fonte de acumulação para uma parcela minoritária da sociedade, bem como *lócus* de inúmeros conflitos. Em consequência, para a parcela majoritária da sociedade regional, o espaço transformou-se, de fonte de liberdade e auto-determinação, em fonte de alienação, exploração e expropriação.

A presença do latifúndio pastoril na produção do espaço rural em questão coloca-se como elemento central nesse processo. A este ainda soma-se, através do processo de modernização da agricultura, o agronegócio das culturas do arroz irrigado, trigo e soja, como uma das estratégias de reprodução da grande propriedade no espaço rural da região.

Cabe destacar, ademais, que é relevante desmistificar a concepção de que apenas o latifúndio e o agronegócio configuram a ontologia do espaço rural em questão. Trata-se, pois, de revisitar a história para compreender que, dentre os sujeitos que protagonizam a produção desse espaço, situa-se um conjunto de pequenos lavradores e criadores que se inseriram nos interstícios da grande propriedade, como os trabalhos de Osório (2004) e de Farinatti (2006) têm evidenciado. Dessa forma, é possível afirmar a existência de um campesinato fronteiriço, conforme a denominação de Fonseca (1994). Sujeitos que se encontram em um permanente processo de desterritorialização e reterritorialização frente aos avanços e aos recuos dos territórios do latifúndio e do agronegócio no curso da história.

Outro processo emblemático na dinâmica do espaço rural da Campanha Gaúcha reside na implementação de assentamentos rurais, sobretudo, a partir da década 90 do século XX, como resultado da mudança de orientação nas políticas estatais mediante as lutas dos movimentos sociais rurais, sobretudo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, ao intensi-

ficar sua luta pela alteração da estrutura fundiária vigente no Rio Grande do Sul, territorializa-se na Região da Campanha. Com os assentamentos rurais, emergem novas dinâmicas no movimento da produção do espaço. Verificam-se transformações significativas no espaço rural e urbano dos municípios em que tais movimentos se estabelecem em virtude das estratégias que os sujeitos têm construído para a manutenção e a reprodução de suas vidas[8].

A reflexão sobre tais dinâmicas contribui para evidenciar a manifestação da questão agrária no espaço rural da Campanha Gaúcha que, em comum com a realidade nacional, caracteriza-se a partir de uma estrutura fundiária altamente concentrada em que 40% das propriedades rurais (grandes propriedades) ocupam 85% do espaço agrário (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, 2003), da subordinação da terra ao capital, da expropriação e da exploração do campesinato. Contudo, um elemento emblemático, que particulariza a expressão da questão agrária no espaço rural da Campanha Gaúcha, e mais especificamente em São Gabriel, situa-se na força da articulação entre terra e poder como processo norteador da conflitualidade territorial inerente à questão agrária.

Terra, poder e território: a questão agrária em São Gabriel

A propriedade terra, no capitalismo, media relações sociais, define-se em "um processo que envolve trocas, mediações, contradições, conflitos, movimento, transformação" (MARTINS, 1995, p. 169). Na medida em que se subordina ao capital, a terra assume uma função perversa no sistema social capitalista: "funciona no fundo como uma restrição extra-econômica que, entretanto, é economicamente valorizada" (VERGOPOULOS, 1986, p.157) e, por isso, encontra-se em permanente disputa, convertendo-se em fonte de acumulação de capital e estruturação de relações de poder multidimensionais e multiescalares.

Assim, no âmbito da produção do espaço rural, a propriedade da terra apresenta-se como uma forma-conteúdo, pois é uma forma espacial que assume uma função que tanto pode cooperar com a estrutura social, como contradizê-la (SANTOS, 2007). Na medida em que uma classe social apropria-se da terra e a utiliza para a realização de seus interesses de classe, ocorre um processo de produção de um território, sobretudo quando se concebe que o território forma-se a partir do espaço, como resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, ator que realiza um programa (RAFFESTIN, 1993). O qual se trata de um espaço político por excelência, "onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Dessa forma, o latifúndio, grande propriedade de terras ausente de função social, constitui-se, no espaço rural de São Gabriel, no território de uma classe

8 Cf. Alvez, 2006; Chelotti, 2009.

social que exerce sua hegemonia no contexto da sociedade regional através de múltiplas relações de poder. Território que coopera com a estrutura social vigente no município, na qual há uma taxa de incidência de pobreza de cerca de 30% (IBGE, 2008), sendo que a exclusão gerada pelo latifúndio contribui para sua existência, tendo em vista que ele priva o campesinato do acesso a terra e, por consequência, dos meios necessários para a reprodução de sua existência.

Por sua vez, a hegemonia territorial do latifúndio, pode ser construída através,

> 1) do consenso 'espontâneo' dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio (e, portanto da confiança) que o grupo dominante obtém por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 1978 p.11)

Portanto, ainda que se verifique a presença de um conjunto de pequenos produtores (pequenos proprietários, parceiros, posseiros, pequenos arrendatários), compondo uma classe social de camponeses tradicionais no espaço rural de São Gabriel, os mesmos não conseguem estabelecer a sua autonomia. Assumem uma condição de classe subalterna, em primeira instância, em decorrência do tradicional latifúndio pastoril exercer sua hegemonia no território, tanto pelo sistema de produção, quanto pela ideologia que impõe. De modo que,

> [...] a estância, propriedade latifundiária típica da chamada metade sul do Estado do Rio Grande do Sul encerra em si dois momentos essências: mais do que uma unidade de produção que produz bens econômicos – o gado de corte criado extensivamente – constitui também uma concepção de mundo que perpassa as demais classes sociais. (FONSECA, 1994, p.6)

Diante desse processo de direção econômica, intelectual e moral pela cultura, exercida pelos grandes proprietários de terra, o camponês reproduz acriticamente a concepção de mundo da classe dominante, os latifundiários. Trata-se da construção de um *habitus*[9] da classe dominante, que é internalizado pelas classes subalternas, impactando sobremaneira suas formas de pensar e agir.

9 Para Bourdieu (1999), o conceito de *habitus* corresponde a um sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação de um futuro objetivo e das esperanças subje tivas, tende a produzir práticas ajustadas às estruturas. Contempla o movimento de internalização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporados.

Esse poder do latifundiário regional na sociedade civil também se estabelece sobre os aparelhos de Estado (Poder Judiciário, Legislativo, Executivo, Aparato Policial), impondo formas de coerção ativas e passivas sobre as demais classes sociais, tanto através implementação de políticas públicas, quanto da utilização do aparato policial ao seu favor em momentos de conflito. Da articulação entre o poder econômico, político e ideológico dos latifundiários, na sociedade regional, surge o seu poder *simbólico*, sendo que este corresponde ao

> [...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo a ação sobre o mundo, [...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica). (BOURDIEU, 2005, p.14)

Acrescente-se que outras estratégias de manutenção e reprodução de seu poder emergem, sobretudo, a partir da articulação entre latifundiários e empresários rurais, não necessariamente proprietários de terra, mas que vislumbram, nela, uma fonte de acumulação de riquezas, por meio da extração da renda da terra e do lucro gerado pela lavoura empresarial, principalmente do arroz irrigado e, posteriormente, da soja e do trigo na Região da Campanha. Tratam-se, de atividades produtivas que se desenvolvem sobre terras vinculadas à pecuária tradicional, mediante o mecanismo do arrendamento capitalista. Logo,

> [...] a Campanha Gaúcha, que historicamente possuía sua base econômica na atividade latifundiária pastoril, inseriu-se em um novo padrão de exploração do solo, ou seja, a agricultura capitalista, sustentada basicamente pela orizicultura. Mas, é importante deixar bem claro que esta nova reestruturação econômica não foi capaz de desestruturar o espaço latifundiário, pelo contrário, o pecuarista usufruiu sua condição de proprietário para arrendá-la. (CHELOTTI, 2009, p.96)

Com a associação da pecuária à lavoura capitalista, compõe-se uma nova forma de exploração da terra, em que a lavoura altamente capitalizada dinamiza a economia regional por sua produtividade maior do que a atividade pecuária tradicional (CHELOTTI, 2009). Este movimento, conforme Martins (1995), representa a aliança entre grandes proprietários de terra e capitalistas na subornação da terra ao capital, sendo que, no espaço rural de São Gabriel, tal articulação torna-se visível visto que a tradição da pecuária, registrada pela presença de aproximadamente 580 mil cabeças entre os rebanhos bovinos de corte e leite, e aves, convive com a produção agrícola moderna, com destaque para as lavouras de soja, que ocupam 40 mil hectares, e arroz irrigado, com 30 mil hectares (IBGE, 2011).

Trata-se da constituição do agronegócio no espaço rural de São Gabriel, modelo de desenvolvimento cujas características centrais residem na monocultura, na produção em larga escala, na exploração do trabalho assalariado, no incremento tecnológico. Um complexo sistema que abrange agricultura, indústria, mercado e finanças sob o controle do capital (FERNANDES; WELCH, 2008). Nesse sistema, também é importante destacar o impacto do capital financeiro que viabiliza outras formas de reprodução da grande propriedade. Como consequência desse processo, em muitos casos, as grandes propriedades estão nas mãos de grandes grupos econômicos que operam em várias áreas, como setor bancário, comercial, industrial. Trata-se do movimento de concentração e centralização de capitais descritos na abordagem de Delgado (1986), que, do ponto de vista territorial, podem ser interpretados como processos de territorialização do capital monopolista (OLIVEIRA, 2004).

A leitura de Chelloti (2009) corrobora com *o revelar* desse processo na Região da Campanha, visto que o autor identifica a aquisição de terras por grupos empresariais de outras regiões ou até mesmo estrangeiros no seu espaço rural. São grupos envolvidos em atividades como a criação de cavalos crioulos, gado de leite e corte com emprego de tecnologias avançadas, como controle e melhoramento genético; plantação de uvas finas, também altamente tecnificada; bem como a aquisição de terras para silvicultura. Tais processos se fazem presentes em São Gabriel, sobretudo, a partir especulação financeira no mercado de terras e através da compra de grandes extensões de terras destinadas à silvicultura, com destaque para a atuação do grupo Aracruz Celulose.

É nesse contexto que emerge uma nova conflitualidade no âmbito da questão agrária em São Gabriel, a partir da inserção do MST como um novo agente produtor do espaço que luta pela sua transformação, tanto no que concerne a sua estrutura fundiária quanto à subordinação dos territórios camponeses, inerentes ao modelo de desenvolvimento imposto pela territorialização do capital representados pelos territórios do latifúndio e agronegócio.

DAS LUTAS POR TRANSFORMAÇÕES AO EMERGIR DA (RE)CRIAÇÃO CAMPONESA: A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST EM SÃO GABRIEL

Ao enfrentar as relações de poder estabelecidas pela hegemonia do latifúndio e agronegócio, o MST territorializa-se no espaço. Nesse sentido, a territorialização significa "em primeiro lugar, um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção destas no espaço" (SOUZA, 2009, p. 60). Neste caso, o processo abrange relações de poder multidimensionais, que vão "do poder mais material das relações econômico-políticas, ao poder mais simbólico das relações de ordem estritamente cultural" (HAESBAERT, 2006, p.79).

Esse movimento de territorialização do MST, no espaço rural de São

Gabriel, vem ocorrendo desde 2003, a partir da retomada da luta pela desapropriação de um dos maiores latifúndios da região da Campanha Gaúcha, o Complexo Southall[10]. O objetivo estratégico das lutas empreendidas pelo movimento social é transformar profundamente a estrutura fundiária e o modelo de desenvolvimento do espaço rural de São Gabriel a partir da implementação de assentamentos rurais.

Nesse contexto ocorre a construção dos espaços-tempo de luta e resistência do movimento social, tais como: a Marcha Sepé Tiarajú em direção a São Gabriel, realizada em 2003; a Marcha em direção a Coqueiros do Sul, realizada em 2007, cujo resultado foi o compromisso firmado entre o Ministério Público Federal e Estadual, o INCRA e o MST, para o assentamento de duas mil famílias no Rio Grande do Sul até o início de 2008; a ocupação da Fazenda Tarumã, situada no município de Rosário do Sul, pertencente a empresa multinacional Estora Enso, realizada em 2008; as ocupações do Complexo Southall, do Escritório Regional do INCRA e da Prefeitura Municipal de São Gabriel, realizadas entre os anos de 2008 e 2009. No acúmulo de forças gerado pelos mesmos, produziu-se uma crise de hegemonia[11] momentânea nos domínios do latifúndio e do agronegócio, o que resultou na conquista de diversos assentamentos rurais, como os assentamentos Conquista do Caiboaté (antiga Estância do Céu pertencente ao Complexo Southall), Novo Rumo (antiga fazenda São Paulo 2), Itaguaçu (antiga fazenda Itaguaçu) e Zambeze (antiga fazenda São José do Zambeze) efetivados em 2008, União pela Terra (antiga fazenda São Paulo 1) e Madre Terra (antiga fazenda Santa Rita), em 2009, e a desapropriação da estância Trinta e Três conquistada em 2010, dando origem ao assentamento Cristo Rei. Os quais possibilitaram a inserção de mais de 600 novas famílias no espaço rural de São Gabriel, aprofundando o processo de territorialização do MST.

A partir da chegada do MST em São Gabriel-RS, identifica-se a formação de um campo de poder que envolve a ação do movimento social, a reação dos representantes do latifúndio e do agronegócio e a mediação dos aparelhos de Estado. Neste campo de poder, os conflitos sociais vêm sendo emblemáticos e permeados por diversas formas de violência pelos diferentes agentes sociais, abrangendo-as de maneira direta e indireta, ativa e passiva[12].

No que se refere à violência direta, destacam-se as reações das classes dominantes como foi possível verificar nas marchas do MST realizadas nos anos de 2003 e 2007 e nos enfrentamentos às ações do movimento social no

10 Refere-se ao conjunto de Estâncias pertencentes à família Southall que totaliza uma área de 13.400 hectares (INCRA, 2003)

11 Crise de hegemonia: corresponde ao processo que Gramsci (1968, p. 55) denomina de "crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou por que a classe dirigente faliu em determinado empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas, ou porque amplas massas passaram de repente da passividade política a certa atividade e assim apresentaram reivindicações".

12 Cf. Bourdieu, 2005.

município, bem como a violência ativa do Estado, cujo processo mais representativo resultou no assassinato de um militante do MST em uma ocupação de terras no ano de 2009. No que concerne às formas de violência indireta e passiva, salienta-se a violência simbólica oriunda da reação do bloco no poder[13], mediante sua influência sobre a sociedade civil e os aparelhos Estado. Assim, na esfera da sociedade civil, destacam-se as ações difusão ideológica, apresentando uma imagem negativa das famílias assentadas em São Gabriel.

No âmbito dos aparelhos de Estado, as restrições no acesso às políticas públicas fundamentais para a reprodução das famílias organizadas pelo MST em São Gabriel, como o acesso à saúde, à educação e ao saneamento básico que se encontram sob a responsabilidade do poder executivo municipal, constituem as expressões da violência simbólica.

Também os conflitos entre MST e INCRA têm sido marcados por essas formas de violência, seja através das ocupações da Superintendência Regional do INCRA pelo MST frente à morosidade na implementação dos projetos de desenvolvimento dos assentamentos, seja nos conflitos cotidianos, nas discussões em torno do acesso ao crédito, as estradas, aos projetos de desenvolvimento dos assentamentos. Políticas que estão previstas no programa de reforma agrária conduzido por este órgão estatal.

No entanto, nesse ambiente conflituoso, os assentamentos rurais surgem para a reterritorializar os sujeitos que lutam pela terra e possibilitam a reconstrução de frações do território no espaço rural em questão. Por sua vez, a partir das relações que estabelecem entre si e com a exterioridade, os assentados reconstroem seu modo de vida e sua condição de classe. Trata-se do surgimento de uma territorialidade entre os assentados, a qual se desenvolve nos moldes do que Dematteis e Governa (2005) caracterizam como territorialidade ativa, em que os agentes inserem-se nas relações de poder local sem aceitar as imposições e as estratégias de controle dominantes, pois as examinam de forma ativa e frente às mesmas procuram construir sua autonomia. Ainda,

> en la territorialidad activa los agentes juegan papeles y desarrollan acciones. Se configuran, de este modo, estrategias de respuesta y de resistencia respecto a la impositiva del control y así se construyen también cambios e innovaciones. (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005, p.45)

Nesse processo de territorialização do MST, a partir da reterritorialização dos seus sujeitos e da territorialidade ativa que constroem, é possível identificar as transformações que a produção do espaço rural de São Gabriel vem passando.

13 Bloco no poder: diz respeito ao bloco social, ao conjunto de classes sociais que articulados exercem sua dominação sobre os aparelhos de Estado e sua hegemonia na sociedade civil. Cf. Gramsci, 1968.

Da conquista dos assentamentos rurais à recriação do território camponês: transformações recentes

O processo de transformações espaciais construído pelas dinâmicas territoriais do MST abrange mudanças na *forma* e na *função* do espaço, mediadas pela estrutura social e pela superestrutura político-jurídica, ideológica e cultural, a partir dos *processos* vigentes no movimento das relações sociais[14], nas quais os assentados da reforma agrária recriam seu modo de vida e sua condição de classe.

As alterações formais e funcionais situam-se na passagem do domínio da forma-conteúdo latifúndio para a formas-conteúdo baseadas na pequena propriedade, com de média de 20 hectares (consultar Tabela 1), onde se desenvolve a produção familiar. Também ocorre um repovoamento do campo com a presença das famílias assentadas. Esses processos, além de impactarem uma estrutura fundiária altamente concentrada, agem sobre a estrutura social que passa a incorporar estratégias inclusivas e de combate à pobreza a partir dos projetos de desenvolvimento dos assentamentos, nos quais, as relações sociais calcadas no trabalho familiar, na cooperação e na solidariedade, situam-se em oposição à exclusão social e a acumulação de capital via subordinação da terra e do trabalho alheio, inerentes à territorialização do capital através do latifúndio e do agronegócio.

Tabela 1
Projetos de Assentamentos em São Gabriel-RS:
N° de Famílias e Média dos Lotes

Projeto de Assentamento	Área Adquirida (ha)	N° de Famílias	Médio dos Lotes (ha)
Estância do Céu	4.953,13	225	22.0139
Itaguaçu	2.037,83	99	20.5841
São Paulo 1.	548.70	25	21.9481
São Paulo 2.	122.33	6	20.3885
S.J Zambeze	873.7	47	185894
Santa Rita	2.252,79	129	17.4635
Trinta e Três	1835.59	78	23.5332

Fonte: INCRA (2011). Org.: SANTOS (2011).

14 Tal interpretação sobre o significado das transformações espaciais parte da releitura de Santos (2002, 2007, 2008).

Como estratégias para viver e se reproduzir na terra conquista, encontram-se três grandes linhas de produção entre os assentados de São Gabriel: a produção para o auto-sustento, a produção de leite e a produção do arroz orgânico. O auto-consumo visa garantir a autonomia das famílias e envolve a criação de animais como porcos, galinhas e vacas; a produção de hortaliças em pequenas hortas; a fruticultura; as pequenas lavouras de feijão, milho, trigo e mandioca. Produz-se "*de tudo um pouco*" como relatam as famílias. Por sua vez, com a produção do leite e do arroz orgânico, realizada através de parcerias com a Cooperativa dos Assentamentos de Santana do Livramento (COPERFORTE) e a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), as famílias assentadas buscam assegurar uma renda monetária e se inserem em circuitos econômico-espaciais distintos dos hegemônicos.

Ao mesmo tempo, na construção de sua territorialidade, as ações dos assentados exercem influência e transformações nas relações de poder e na cultura política local. Esse processo se evidencia na maior participação popular e na contestação das relações que asseguram o exercício da hegemonia pelas frações de classe que compõem o bloco no poder em São Gabriel. A exemplo de como esse processo vem ocorrendo aponta-se a organização do "Movimento Filhos de Desta Terra", que reúne cerca de 200 famílias de São Gabriel, dentre as quais situam-se pequenos arrendatários, pequenos posseiros e trabalhadores rurais, que formaram um acampamento em uma localidade do município e passam a reivindicar a conquista da terra própria para sobreviver. Por sua vez, no espaço urbano emergem lutas populares como a luta contra a privatização da água e a revitalização das ruas no município. Questões que vem ao encontro da constatação de Buth (2006, p.162), quando a autora afirma que "com o simples ato de criação de assentamento alteram-se as relações de poder local".

Tais transformações possibilitam inferir que ocorre uma recriação do território camponês no espaço rural de São Gabriel, na medida em que os assentados redefinem seu modo de vida, cujos elementos fundamentais encontram-se na tríade terra-trabalho- família, que estabelece suas relações, fundadas no vínculo direto com a terra, e sua forma específica de concebê-la e se relacionar com ela, no uso do trabalho familiar, nas relações de reciprocidade e na organização comunitária, características do modo de vida camponês (MOURA, 1988; TEDESCO, 1999; MARQUES, 2004, 2008; SHANIN, 1979, 2008). Da mesma forma, redefinem sua condição de classe social, seja pela sua inserção na esfera da produção e circulação de mercadorias, seja pelo conjunto de valores que constroem e pela ação política que desenvolvem, elementos que, segundo Marques (2004), Paulino (2008) e Shanin (1979a, 2008), fazem parte de uma classe *sui generis* que se encontra inserida e ao mesmo tempo subordinada nas sociedades capitalistas, o campesinato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conflitualidade da questão agrária no capitalismo contemporâneo impõe a apropriação e a dominação do espaço rural por diferentes classes sociais que atuam no seu interior. Assim, o território institiu-se como um trunfo para que desenvolvam seu modo de vida e seus interesses particulares. Nesse contexto, o campesinato, entendido como modo de vida e classe social, não foi completamente expropriado para que o modo de produção capitalista construa sua hegemonia. Ao contrário disso, vem sendo incorporado de forma subalterna à dinâmica do capitalismo contemporâneo, sofrendo constante desterritorialização e reterritorialização, o que permite inferir a existência de um processo de (re)criação camponesa, no qual, ora camponeses desterritorializados retornam ao campo, ora sujeitos que nunca partilharam dessa condição recriam seu modo de vida e sua condição de classe na sociedade capitalista.

A luta do MST contribui para esse movimento de recriação do campesinato no capitalismo a partir da reconstrução de frações do território, como se verifica nos assentamentos rurais. Em São Gabriel/RS, tal questão evidencia-se pela luta dos assentados para se reproduz na terra conquistada e assim emergem múltiplas transformações espaciais. Entretanto, muitos limites interpõem-se nesse processo de recriação do campesinato a partir de seus territórios.

No caso em questão, a conflitualidade do campo de poder, no qual a questão agrária se insere, contribui para que as transformações não se aprofundem, seja em virtude da reação do bloco no poder e o impacto de sua força na sociedade civil e nos aparelhos de Estado, seja em razão das próprias debilidades da estrutura estatal responsável pela política agrária, como ocorre no caso do INCRA, órgão ao qual compete todo processo de implementação dos assentamentos rurais, desde a analise e a desapropriação das áreas improdutivas, incluindo as políticas de desenvolvimento dos assentamentos. Além disso, deve-se considerar os problemas inerentes à própria organização do MST tais como as disputas internas e a ausência de uma preparação mais profunda para que as famílias assumam a condição de camponês-assentado, visto que o perfil mais urbanizado, em virtude da situação de desterritorialização que se encontravam antes de ingressar na luta pela terra, determina maiores dificuldades no tocante a viver e a produzir na terra de trabalho, em um universo regional, em muitos casos, distinto de suas origens.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. D. **Os impactos da territorialização dos assentamos rurais em Caiodota – RS**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria: 2006.

BOURDIEU. P. Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: MICELI, S. (org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva S. A, 1999.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUTH, F. A reconstrução dos territórios a partir dos assentamentos rurais: o caso do assentamento Ramada – RS. **Campo & Território**: revista de geografia agrária. Uberlândia, v.1, n.2, p.152 – 172, 2006.

CHELOTTI, M. C. **A instância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: 2009.

CLEPS JUNIOR, J. Questão agrária, estado e território em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, M, A.; SANTOS, R. A. dos. (org.). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DELGADO, G. Constituição e desenvolvimento do capital financeiro na agricultura. **Cad. Dif. Tecnol**. Brasília, n.3, 1986.

_____. A questão agrária brasileira no Pós-Guerra e sua configuração contemporânea. In: Jaccoud. L. (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), 2003. p. 51-91.

DEMATTEIS, G; GOVERNA, F. et. al. Território y territorialidad en el desarrollo local. La contribución del modelo SLOT. **Boletim da A.G.E**. n. 39, p. 31-58, 2005.

ELIAS, D. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J; RUA, J.; RIBEIRO, M. A (org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeira: Eduerj, 2006.

FABRINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M, A.; SANTOS, R. A. dos. (org.). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FARINATTI, L. A. et al. Escravos do pastoreio: pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria, **Ciência e Ambiente**, n.33, julho/dezembro, 2006.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. A estrangeirização da terra na nova conjuntura da questão agrária. Goiânia, **Conflitos no Campo Brasil 2010**, abril, p.76-81, 2011.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A. Campesinato e agronegócio de laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FONSECA, V. P. S. **A hegemonia do latifúndio pastoril e sua relação com a pequena propriedade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: A contradição do camponês fronteiriço e sua concepção de mundo estancieira**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1994.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Geografia da conflitualidade no dampo brasileiro. In: FERNANDES, B. M. ; MEDEIROS, L. S. ; PAULINO, M. I. (org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: UNESP, Brasília: NEAD, 2009.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

HAESBAERT, R. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTISCA (IBGE). Disponível em http://www.ibge.gov.br. Acesso em Março de 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Estrutura fundiária da Região da Campanha Gaúcha**, 2003.

_____. **Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária em São Gabriel- RS**, 2011.

KAUTSKI, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LEFEBVRE, H. **Espacio y Política:** el derecho a la cuidad, II. Barcelona: 1976.

LENIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARQUES, M I. M. O lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: MARQUES, M. I. M.; OLIVEIRA, A. U. (orgs.) **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

_____. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio a reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In. OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta social e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

_____. Agricultura Brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005.

OSÓRIO, H. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: GRIJJ, L. A; KUHN, F; NEUMANN, E. S. (orgs.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegra: UFRGS, 2004.

PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. BRASÍLIA: MDA, 2003. Disponível em http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf. Acesso Março de 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em http://www.pnud.org.br. Acesso em dezembro de 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática: 1993

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da USP, 2008.

_____. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: SANTOS, M. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SHANIN, T. Introducción. In. SHANIN, T. (org.) **Campesino y sociedades campesinas**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1979.

_____. El campesinado como factor político. In. SHANIN, T. (org.) **Campesino y sociedades campesinas**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1979a.

_____. Campesinato: questões teórico-políticas. In. PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SOUZA, M. L. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (orgs.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TEDESCO, J. C. **Terra, Trabalho e Família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: UPF, 1999.

VERGOPOULOS, K. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo) VERGOPOULOS, K. AMIN, S; VERGOPOULOS, C. (orgs.). **A questão agrária e o capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.